

O “TRABALHO DA MEMÓRIA” NAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE BANCÁRIOS EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO

Alcides Fernando Gussi*

Resumo

Este trabalho analisa a dimensão da memória construída nas narrativas biográficas de trabalhadores de um ex-banco público estadual paulista, privatizado em 2000. Partindo dos impactos do tempo presente marcado pelas mudanças decorrentes da privatização, as narrativas desses bancários evocam um tempo passado, entre lembranças mitificadas do banco antigo, quando era público, e o esquecimento das contradições que fundam historicamente as relações de trabalho desse banco, marcadas por uma estrutura burocrática e paternalista descrita por uma etnografia realizada por Geraldo Romanelli nos anos 70. Entre a lembrança e o mito, o esquecimento e a história, trata-se de pensar, nos dizeres de Ecléa Bosi, o “trabalho da memória” nas narrativas biográficas desses bancários, o que isso permite compreender acerca das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Memória – Narrativas biográficas – Bancários

Astract

This paper examines the memory built in the biographical narratives of workers of a former Sao Paulo state public bank, privatized in 2000. Based on the impacts of this time marked by changes resulting from privatization, the narrative evokes a bank of time, between the bank mythicize old memories, when it was public, and forgetting the contradictions that historically based labor relations, marked by a bureaucratic and paternalistic structure described by ethnography conducted by Geraldo Romanelli in the 70s. Between memory and myth, the forgetfulness and history, it is thought, the wording of Ecléa Bosi, the "working memory" in the biographical narratives of banking, which allows it to understand about the changes in the contemporary world of work.

Keywords: Memory - biographical narratives - Banking

Este trabalho analisa a dimensão da memória evocada nas narrativas biográficas de trabalhadores bancários de um ex-banco público estadual paulista¹, privatizado no ano 2000, com a sua compra por um Grupo Financeiro de origem espanhola². Para tanto, baseio-me em quatro narrativas biográficas de trabalhadores do Banco - a de Nilton, de Maria, de Grozzi e

¹ * Antropólogo e Dr. em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor do Depto de Economia Doméstica, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – FAGED e do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC.

□ Não utilizo o nome próprio da empresa – sua marca - já que entendo que são os trabalhadores e não a empresa o foco principal de estudo. A empresa será aqui nomeada simplesmente por “Banco”.

² Não será mencionada também aqui a marca da empresa espanhola, que sempre será referida como Grupo Espanhol.

de Rita³ - que passaram pelo processo de privatização e já tinham se desligado da empresa por ocasião das entrevistas, realizadas no ano de 2004⁴.

As trajetórias narradas por esses trabalhadores nos conduzem a um percurso no tempo que permite relacionar várias dimensões de suas vidas, apresentadas no decorrer de seus relatos, relacionadas à sua experiência como bancários. A sucessão cronológica dos eventos narrados por Nilton, Maria, Grozzi e de Rita poderia ser a forma como se construiria as narrativas biográficas de muitos de nós: eventos da infância e da adolescência, da escola, da vida religiosa, da família e do trabalho. Mas tais narrativas guardam similaridades entre si, já que todos eles trabalharam e se desligaram do Banco após a privatização.

Contudo, no momento em que narram, o fluxo e a intensidade do tempo desses eventos é regido pela memória. Quando pedi que contassem sobre suas vidas é a escolha de lembranças, para eles significativas, que conduz as narrativas: é o tempo de lembrar.

Alguns estudos sobre a memória indicam que o ato de lembrar não é individual ou biológico, mas o vinculam a uma noção de memória entendida como uma construção social. Halbwachs (1990) situa os “quadros sociais da memória”, associando a lembrança à memória coletiva, formada ao longo da vida pelas instituições sociais, como família, Igreja, escola, e pela classe social e profissão. A memória coletiva é a memória do grupo no qual nos socializamos, a nossa “comunidade afetiva”. Porém, para Halbwachs, a lembrança é uma “reconstrução do passado”, pois “o que rege em última instância a atividade mnêmica é a função social do aqui e do agora do sujeito que lembra” (apud. Bosi, 1979:23). Seguindo as idéias de Halbwachs, Bosi (1979) considera que é a nossa situação no tempo presente que evoca o passado: “que lembrar, portanto, não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1979:16).

Partindo desses pressupostos, considero que o trabalho da memória nas narrativas constitui o ato de lembrar distintas temporalidades, relacionado à situação que os sujeitos vivem hoje. Isso posto, analisemos o “trabalho da memória” nas narrativas desses bancários.

As narrativas constroem referenciais de um tempo presente no qual os narradores reconstróem suas vidas após o desligamento do Banco recém-privatizado. Nesse sentido, quando lembram dos seus desligamentos é a morte que, metaforicamente, representam, como contraponto às suas vidas atuais reconstruídas fora do Banco. Trata-se de lembranças

³ Por razões de sigilo, os nomes próprios foram substituídos por fictícios.

⁴ Trata-se aqui dos resultados parciais desenvolvidos em Gussi (2005). Para o trabalho completo, ver <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000359158>.

associadas ao período da nova gestão do Grupo Espanhol do Banco que resultou em alterações abruptas nas relações de trabalho com medidas tais como, demissões, intensificação do trabalho e perda dos direitos (GUSSI, 2004, 2005, 2007). E, a partir desse tempo mais recente - tempo de mortes -, rememoram as outras temporalidades.

Dessa forma, o período que antecede à privatização, correspondente à intervenção e federalização do Banco, entre os anos de 1995 a 2000 – um período de transição para a privatização - apresenta-se nas narrativas, comparado ao da privatização, como um tempo no qual se presenciaram inúmeras mudanças no Banco, mas também como um tempo de esperanças, quando se podia acreditar que havia um caminho alternativo à privatização do Banco⁵.

Teriam esses trabalhadores a mesma impressão sobre as mudanças na época em que as vivenciavam?⁶ Sobre isso, não mais saberemos, pois é o tempo da memória que se impõe. Ao contrário, em suas narrativas, apresenta-se um abrandamento dos conflitos que emergiam no Banco quando lembram o passado em comparação ao tempo mais recente, o da privatização, um tempo de tantos conflitos e tantas mortes.

O tempo passado, lembrado pelos bancários, vai se configurando como “Idades Míticas”, na definição de Le Goff (1992), “épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas” (LE GOFF, 1992:283) que as sociedades humanas constroem para “dominar o tempo e a história e satisfazer aspirações de felicidade e justiça ou os temores face ao desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos” (p.283). O tempo da memória das narrativas é o do mito, que se contrapõe ao da história.

O Banco do passado apresenta-se como uma “Idade de Ouro”, a forma como são imaginadas as Idades Míticas referidas por Le Goff (1992) quando: “perspectivam outra idade feliz, no fim dos tempos, quer como tempo de eternidade, quer como a última época antes do fim dos tempos” (LE GOFF, 1992:283). Essa “época antes do fim dos tempos” seria a representação do tempo passado do Banco apresentado nas narrativas, um tempo anterior à privatização.

⁵ Em dezembro de 1994, o Banco sofreu intervenção do Governo Federal através de um acordo realizado com o então Governador eleito Mário Covas. E, em janeiro de 95, iniciou o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que trouxe mudanças significativas para o sistema financeiro nacional, tais como a privatização de diversos bancos públicos e a liberação da entrada dos bancos estrangeiros no país no contexto de reformas neoliberais.

⁶ As mudanças ocorridas no período de intervenção e federalização levaram à precarização do trabalho e demissões, ainda que em menor escala comparado ao período pós-privatização (NESPOLI, 2004; SILVA, 2000; SEGNINI, 2001).

É possível compreender tal representação dessa época, uma “Idade do Ouro”. Podemos compará-la ao período recente vivenciado pelos trabalhadores do Banco. Muitos dos seus direitos trabalhistas, historicamente conquistados, rumaram para extinção no contexto de precarização e intensificação do trabalho bancário, apontados por diversos estudos (JINKINGS, 2003; RODRIGUES, 2004; SEGNINI, 2001), o que seria o “fim dos tempos”, referido por Le Goff (1992). Comparado às tantas mortes desse tempo recente, é lá, no passado, que os narradores (re)encontram a vida.

Contudo, para analisar o tempo passado, busquemos o estudo etnográfico realizado por Geraldo Romanelli (1978) sobre os trabalhadores desse Banco em meados da década de 1970, a “Idade do Ouro” referida nas narrativas. Ao tempo mítico, da memória, contraponho um outro, o tempo etnográfico de Romanelli.

A etnografia de Romanelli distancia-se do tempo da memória das narrativas. Nilton, Maria, Grozzi e Rita trabalharam num Banco que Romanelli analisou como sendo estruturalmente marcado por um sistema burocrático no qual prevalecia a rotina e a vigilância, sendo que a “disciplina, rendimento, desempenho mecânico das tarefas constituem elementos básicos classificadores do bom empregado” (ROMANELLI, 1978:65). Além disso, o autor identificou que o paternalismo, com sua lógica de favorecimentos, permeava essa estrutura, levando os funcionários a construírem uma “imagem positiva” do banco, pois “se existe exploração, ela é avaliada como menos brutal que em outras empresas” (p. 187).

Dessa análise, Romanelli classifica os bancários de então pelo seu envolvimento com essa estrutura de trabalho em dois grupos distintos:

“Em primeiro lugar, há o grupo de bancários cujo objetivo é fazer carreira e que considera o emprego como definitivo. O segundo agrupamento engloba diversas orientações e perspectivas. Um segmento desse grupo aguarda a conclusão do curso superior, esperando adquirir qualificação que o habilite a encontrar trabalho mais adequado às suas aspirações. Outra fração mantém dois empregos e tem como projeto conquistar segurança na atividade complementar, para então deixar o banco. Em qualquer caso, para os bancários do segundo grupo, o Banco do Estado é mero ‘trampolim’ a ser utilizado até que, em um futuro indefinido, tenham condições para transformar o emprego provisório em definitivo”. (ROMANELLI, 1978:149).

Aproximemos a classificação de Romanelli às trajetórias dos bancários narradas. Essas constituem trajetórias exemplares em que o “provisório”, referido por Romanelli, foi sendo substituído pelo “definitivo”, quando Nilton, Maria, Grozzi e Rita, assim como o teria sido para muitos de seus colegas no Banco, deixaram de lado alguns projetos e atrelaram suas vidas ao trabalho no Banco.

Contudo, se o tempo etnográfico remete a um Banco no passado, repleto de contradições, o tempo da memória dos sujeitos traz à lembrança um outro Banco, idealizado

como uma “Idade do Ouro”. É que entre a temporalidade descrita por Romanelli e a narrada pelos sujeitos passaram-se trinta anos. As mudanças ocorridas no Banco, sobretudo na última década, foram transformando aquilo que já tinha sido posto como “definitivo” em suas vidas, ou seja, o trabalho no Banco, em “provisório”, já que o banco por eles conhecido foi deixando de existir até o ponto de se desligarem. Como foi visto, o que lembram desse passado mais recente é que foi um tempo de mortes. Diante delas, buscam alguma vida no Banco do passado por meio dessas lembranças e se esquecem - em grande parte - do que foi o Banco e de suas contradições, descritos por Romanelli.

Voltemos para a discussão sobre a noção de memória para melhor compreender os esquecimentos nas narrativas. Parece-me pertinente ater-se a alguns pontos da filosofia de Nietzsche que indaga sobre o esquecimento. Nietzsche (1978) reflete sobre qual seria o valor da história para a vida. Para o filósofo, a medida da felicidade do homem está na sua possibilidade de esquecer. Assim, “é possível viver quase sem recordar e viver feliz, como o demonstra o animal, mas é impossível viver sem esquecer” (NIETZSCHE, 1978:107). O que define o grau e fixa o limite do que é necessário esquecer é: “a faculdade [do homem] de crescer por si mesmo, de transformar e de assimilar o passado e o heterogêneo, de cicatrizar suas feridas, de reparar suas perdas, de reconstruir as forças destrutivas” (p. 108). Trata-se, pois, de saber esquecer a tempo, como também de saber recordar a tempo (p. 109). Daí que, para o filósofo, “o sentido histórico e sua negação são igualmente necessários à saúde do indivíduo, de uma nação e de uma civilização” (p. 109).

Nilton, Maria, Grozzi e Rita esquecem as contradições a que estavam submetidos no trabalho do Banco no passado porque é preciso reconstruir suas vidas no tempo presente. Pois é no aqui e no agora que lembram da morte do banco atual (e das suas próprias mortes) e da vida (feliz) que eles passaram no banco antigo (idealizado), e esquecem da morte de uma outra vida: a que eles deixaram de ter justamente porque estavam submetidos - em definitivo - à estrutura burocrática e paternalista do banco antigo descrita por Romanelli.

Talvez assim o façam para tentar ser felizes, tal como considera Nietzsche. É que não seria possível viver recordando a sua escolha do passado, qual seja, a de ficar em definitivo no Banco e atrelar suas vidas e outros projetos a esse banco, considerando as consequências *a posteriori* dessa escolha, decorrentes das mudanças do Banco e da privatização. Quando há morte no passado mais recente, é preciso lembrar que havia alguma vida e esquecer outras tantas mortes no passado mais remoto para (re)encontrar, do novo, a vida no tempo presente.

Com a vida no tempo presente, com seus novos projetos, eles - por meio da lembrança idealizada e do esquecimento do tempo passado - refletem sobre o que foi “provisório” e o

“definitivo” nas suas vidas. Trinta anos decorridos da etnografia de Romanelli, com tantas mudanças ocorridas no Banco e nas relações do trabalho bancário e na história recente do país, eles, de alguma forma, recuperam, depois de tantos sofrimentos e mortes, o que teria sido o “*provisório*” em suas vidas no passado.

Por isso mesmo, ainda temos que compreender um tempo mais que pretérito posto nas narrativas, que antecede ao Banco, o tempo da infância e adolescência, que foi intensamente lembrado por todos. Quando eles lembram desse período, no decorrer de suas entrevistas, é que eles sentem mais intensamente alegrias, tristezas, emoções e afetos, que eu pude compartilhar com eles, e o fazem de forma involuntária, tal como evoca Proust (1983).

Por que assim o fazem? Talvez, entre essas sensações revividas, ao lembrar da infância e adolescência, reencontram a intensidade da vida trazendo-a ao momento que vivem hoje, depois de tantos anos de trabalho no Banco. É na infância e adolescência o que teria sido “provisório” em suas vidas e foi tornado “definitivo” pelo trabalho bancário, recupera a intensidade de sentido - e de sensações - para se apresentar no tempo presente quando narram. Analogamente, os sujeitos o fazem como o personagem proustiano de “Em busca do tempo perdido”, considerado por Weinrich: “Com isso ao mesmo tempo [o personagem] se desencadeia em sua consciência uma inaudita sensação de felicidade, sinal seguro de que aqui a lembrança venceu o tempo e talvez, espera o narrador, vença até mesmo a morte” (apud. WEINRICH, 2001:208).

Por fim, realizo algumas considerações. As narrativas biográficas revelam temporalidades próprias, por meio, nos dizeres de Bosi (1979), de uma “memória-trabalho”, entre lembranças e esquecimentos. Trata-se de considerar, sobretudo, acerca de um trabalho tecido nas narrativas ao construírem suas histórias de vida por meio de uma memória pessoal, e que também à memória coletiva de tantos outros trabalhadores do Banco.

A partir do tempo presente, lembram a morte do passado recente no Banco privatizado e constroem uma lembrança do passado remoto - quase um mito - de uma vida (feliz) de trabalho no Banco antigo e esquecem da morte de outros projetos de vida que não puderam ser concretizados porque estavam vinculados à estrutura burocrática e partnalista desse mesmo trabalho, aquela mostrada por Romanelli (1978). E, involuntariamente, lembram de um tempo mais que pretérito, o da infância e adolescência, despertando sensações que podem vincular - e suportar - à vida que (re)constroem fora do Banco no tempo presente.

As narrativas são exemplos do “enquadramento da memória” referido por Pollack (1989), pois o que relatam fazem-no por meio do “fio condutor” da memória, uma vez que a história de vida é “uma reconstrução’ a posteriori’ que ordena os acontecimentos que

balizaram uma existência” (POLLACK, 1989:13). Para Pollack (1989), trata-se, antes, de um trabalho do indivíduo, de reconstrução de si mesmo na qual há um equilíbrio precário entre os “silêncios” e os “não-ditos”, a que acrescento entre os esquecimentos, como Nietzsche (1978) orienta. O passado seria um trabalho propriamente de “gestão da memória”, ou antes, uma gestão de si mesmos na história no momento em que os bancários narram.

O tempo nas narrativas biográficas nos diz que eles vivem, talvez como todos nós, entre lembranças e esquecimentos, reconstituindo a si como sujeitos de sua história. Um tempo muito distinto de outro, o do capital, que submete o trabalho e pretende sobrepor-se ao tempo da memória, como considera Bosi (2003):

“É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, ‘racionalizando’ as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil” (BOSI, 2003: 53).

Considerando que as narrativas foram construídas no contexto das mudanças ocorridas no do Banco e da privatização, regidas pelo tempo do capital, o tempo narrado das narrativas, o da memória dos sujeitos, são, por isso mesmo uma forma de afirmar outras temporalidades não submetidas ao capital. Assim o fazendo, afirmam a si próprios e suas vidas diante das tantas mortes impostas pelo capital no mundo do trabalho, sejam mortes que esquecem, sejam aquelas por eles lembradas, parafraseando Bosi (2003), no “tempo vivo da memória”.

Referências Bibliográficas

- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- GUSSI, A. F. *Identidades e nacionalidades no contexto de privatização do Banespa*. Revista Idéias Ano 11(3). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2004, Edição Especial, p. 97-115.
- _____. Entre mortes e (re)nascimentos no trabalho: privatização de um banco público estadual, em narrativas. In: RODRIGUES, Lea Carvalho; MISSAIA, Sônia. (Org.). *Cultura e Trabalho: práticas, saberes e fazeres*. Campinas: CMU-Unicamp/Editora Arte Escrita, 2007, v. , p. 133-154.
- _____. *Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual*. Campinas, Faculdade de Educação/Unicamp, 2005 (tese de dout.)
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.
- JINKINGS, N.M. As Formas contemporâneas de exploração do trabalho nos bancos. In *Dossiê: O Averso do Trabalho*. Idéias Ano 9 (2) – 10 (1) Revista do IFCH/UNICAMP, 2003.

NESPOLI R. G. *Da solidariedade à competitividade: caminhos da privatização*. Campinas, Faculdade de Educação, 2004 (dissert. de mestrado).

NIETZSCHE, F. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In. *Considerações intempestivas*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1978.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In. *Estudos Históricos*, vol. 2, no. 3, 1989.

PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

RODRIGUES, L. C. *Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2004.

ROMANELLI, G. *O Provisório Definitivo: trabalho e aspirações de bancários em São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 1978 (dissert. de mestrado).

SEGNINI, L. R P. *Constantes recomeços: desemprego no setor bancário*. In: *Tempos e Lugares de gênero*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2001.

SILVA, E. P. *Demissões (in)voluntárias e subjetividade..* Faculdade de Educação/Unicamp. Campinas, 2000 (dissert. de mestrado).

WEINRICH, H. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.